

Carlos André Cassani Siqueira

TUTELA PROCESSUAL DOS INCAPAZES

**À Luz do Estatuto da Pessoa com
Deficiência e do Novo CPC**

Curitiba
Juruá Editora
2019

Visite nossos sites na Internet

www.jurua.com.br e

www.editorialjurua.com

e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Jurua Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-8837-6

JURUA
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Siqueira, Carlos André Cassani.

S618 Tutela processual dos incapazes: à luz do estatuto da
pessoa com deficiência e do novo CPC./ Carlos André
Cassani Siqueira./ Curitiba: Jurua, 2019.
238p.

1. Direito processual civil. 2. Deficientes – Acesso à
justiça. 3. Tutela jurisdicional. I. Título.

CDD 347 (22.ed)

CDU 347.9 (81)

00080

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

11413111

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| LISTA DE SIGLAS..... | 15 |
| 1 – APRESENTAÇÃO DA OBRA | 17 |
| 2 – O REGIME DAS INCAPACIDADES ENTRE OS CÓDIGOS CIVIS..... | 25 |
| 2.1 A PROTEÇÃO DA PESSOA HUMANA: PERSONALIDADE E (IN)CAPACIDADE | 25 |
| 2.1.1 A Supressão da Incapacidade por Meio do Instituto Jurídico da Representação..... | 35 |
| 2.2 O REFLEXO DO ESPÍRITO DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 SOBRE A SISTEMÁTICA DAS INCAPACIDADES NO DIREITO BRASILEIRO | 43 |
| 2.2.1 Os Incapazes no Código Civil de 1916 | 48 |
| 2.2.1.1 Menores de idade | 49 |
| 2.2.1.2 Pródigos | 54 |
| 2.2.1.3 Silvícolas..... | 58 |
| 2.2.1.4 Mulheres casadas | 59 |
| 2.2.1.5 Ausentes..... | 61 |
| 2.2.1.6 Surdos-mudos e loucos de todo gênero..... | 63 |
| 2.3 O CÓDIGO CIVIL DE 2002: RUPTURA OU CONTINUIDADE? ... | 68 |
| 2.3.1 Os Incapazes no Código Civil de 2002 | 71 |
| 2.3.1.1 Menores de idade | 73 |
| 2.3.1.2 Pródigos | 75 |
| 2.3.1.3 Ébrios habituais e viciados em tóxicos | 76 |
| 2.3.1.4 Sujeitos que não puderem exprimir vontade | 78 |
| 2.3.1.5 Pessoas com deficiência de ordem cognitiva | 80 |
| 3 – A REOXIGENAÇÃO DA TEORIA DAS INCAPACIDADES | 85 |
| 3.1 O PANO DE FUNDO DA REESTRUTURAÇÃO DO REGIME DAS INCAPACIDADES..... | 85 |
| 3.2 A RENOVAÇÃO CONSTITUCIONAL DE 1988 SOBRE O PILAR DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA..... | 91 |

| | | |
|-------|---|-----|
| 3.3 | A TÔNICA DA CONVENÇÃO SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM COTEJO COM A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA | 98 |
| 3.4 | CONCEITO MÉDICO <i>VERSUS</i> CONCEITO SOCIAL DE DEFICIÊNCIA: IMPACTO SOBRE O REFERENCIAL DE INCAPACIDADE | 105 |
| 3.5 | O NOVO REFERENCIAL DE (IN)CAPACIDADE: MODIFICAÇÕES LEGISLATIVAS, AVANÇOS E RETROCESSOS | 114 |
| 3.5.1 | Curatela de Capazes? | 120 |
| 3.5.2 | Representação <i>Stricto Sensu</i> de Incapazes: Subsiste? | 125 |
| 3.5.3 | Prescrição e Decadência | 132 |
| 3.5.4 | Curatelas Instituídas Antes da Lei 13.146/2015 | 137 |
| 4 – | A RENOVAÇÃO DA TUTELA PROCESSUAL DA INCAPACIDADE | 143 |
| 4.1 | O IRROMPER DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA <i>VACATIO LEGIS</i> DA NOVA LEI PROCESSUAL | 143 |
| 4.2 | A OPERABILIDADE DA NOVA CURATELA DE INTERDITOS NO ATUAL DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO | 147 |
| 4.2.1 | Comentários Apriorísticos Sobre a Curatela de Interditos ... | 147 |
| 4.2.2 | Legitimidade Ativa para Propositura da Ação de Curatela de Interditos | 151 |
| 4.2.3 | Atos Primevos: Petição Inicial e Tutela de Urgência | 156 |
| 4.2.4 | Da Inquirição ao Colóquio: a Entrevista | 158 |
| 4.2.5 | A Defesa do Curatelado na Ação de Curatela de Interditos ... | 166 |
| 4.2.6 | O Ápice Procedimental: a Instrução Probatória | 167 |
| 4.2.7 | Sentença: Técnica, Conteúdo e Eficácia | 170 |
| 4.2.8 | O Exercício do Encargo pelo Curador | 181 |
| 4.2.9 | Levantamento da Curatela | 189 |
| 4.3 | A TOMADA DE DECISÃO APOIADA NO CONFRONTO COM A CURATELA DE INTERDITOS | 192 |
| 4.4 | FUNGIBILIDADE ENTRE A TOMADA DE DECISÃO APOIADA E A AÇÃO DE CURATELA DE INTERDITOS: É POSSÍVEL? | 206 |
| 5 – | APONTAMENTOS CONCLUSIVOS | 213 |
| | REFERÊNCIAS | 219 |
| | ÍNDICE REMISSIVO | 227 |